



CONGRESSO NACIONAL

EMENDA Nº - CMMPV 1300/2025
(à MPV 1300/2025)

Dê-se nova redação ao § 1º-P do art. 26 da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, como proposto pelo art. 2º da Medida Provisória, nos termos a seguir:

“**Art. 26.**

.....

§ 1º-P. Os descontos nas tarifas de uso dos sistemas elétricos de transmissão e de distribuição incidentes no consumo de energia elétrica de que tratam os § 1º, § 1º-A e § 1º-B terão redução de 10 pontos percentuais ao ano pelo período de 10 anos, após esse período não haverá mais descontos nas tarifas de uso dos sistemas elétricos de transmissão e de distribuição incidentes no consumo de energia elétrica.

.....” (NR)

JUSTIFICAÇÃO

Os consumidores do mercado livre de energia elétrica são compostos, majoritariamente, por representantes dos diversos setores produtivos nacionais e correspondem aos maiores consumidores de energia do país. Trata-se de um segmento essencial à atividade econômica, responsável por uma parcela significativa da produção industrial, agrícola e de serviços.

Esses consumidores já enfrentam elevados custos com energia elétrica, os quais, em muitos casos, não podem ser integralmente repassados ao preço final dos produtos e serviços, sob pena de perda de competitividade. A manutenção da Medida Provisória em vigor, sem as devidas alterações



propostas, agravará ainda mais esse cenário, impondo um aumento de custos que inevitavelmente será transferido ao consumidor final.

Tal medida compromete diretamente a capacidade competitiva dessas empresas, tanto no mercado interno quanto nas exportações, além de desestimular investimentos em geração própria e em eficiência energética. Como consequência, projeta-se uma cadeia de efeitos negativos: retração da competitividade industrial, redução da empregabilidade nos setores atingidos e aumento da inflação, com impactos no curto, médio e longo prazos sobre a economia nacional.

Assim, justifica-se a necessidade de revisão do texto da Medida Provisória, com vistas à preservação do ambiente de negócios, à estabilidade dos preços e à promoção do desenvolvimento econômico sustentável do país.

Sala da comissão, 27 de maio de 2025.

Deputado Sanderson
(PL - RS)

